

A intervenção militar na Líbia

IRAÊ BAPTISTA LUNDIN

Resumo

Numa análise abrangente da intervenção militar na Líbia, a autora discorre sobre as especificidades da estruturação do Estado libanês e a complexa atuação de Khadafi; especula acerca dos desdobramentos da sua queda sobre o continente africano e o Oriente Médio e revela aspectos pouco conhecidos das prevenções ocidentais em relação ao governante assassinado.

Palavras-chave: Líbia; Khadafi; Primavera Árabe; Intervenção Ocidental.



The military intervention in Libia

Abstract

In an analysis that comprehends the military intervention in Libya, the author discusses the specificities of Libyan State structures and the complex activities of Khadafi. She speculates on the repercussions of his fall on the African continent and the Middle East and reveals little known aspects of the West's bias in relation to the assassinated ruler.

Keywords: Libya; Khadafi; Arab Spring; West Intervention.

IRAÊ BAPTISTA LUNDIN

Pesquisadora e professora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Moçambique.

1 INTRODUÇÃO

Esta breve análise é desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica holística e hermenêutica: considero eventos e processos do passado nos âmbitos nacional, regional e internacional, buscando compreender o presente. Tento ler a realidade para perceber melhor a tomada de certas decisões na atualidade numa perspectiva de futuro. Revisito um conjunto de pressupostos que identifico no plano interno na Líbia, no mundo árabe e no contexto internacional para refletir sobre as possíveis consequências do conflito na Líbia. Finalmente, visualizo cenários possíveis para este país, o Oriente Médio e continente africano.

A revolta ocorrida na Líbia não teve a mesma configuração das revoltas na Tunísia e no Egito. Nestes dois países aconteceu um tipo de revolta de caráter popular, com uma população majoritariamente jovem a demandar por mais transparência política, mas sem reivindicar necessariamente sua participação no processo. Por tudo que foi possível observar, tratou-se de movimentos pacíficos procurando diferentes condições de vida, enfim, em busca de um futuro melhor. Quer na Tunísia, quer no Egito, o regime tentou reprimir o povo, inicialmente com armas, ainda que de forma velada, enviando para a Praça Tahiri, no Egito, policiais sem fardamento. Houve mortes, mas tal manobra foi rechaçada pelos militares, que cedo tomaram uma postura pró-povo.

Na Líbia foi diferente. Ali o movimento começou com uma revolta armada com o uso de artilharia pesada, uma luta armada e aberta nas ruas com forte apoio da França e do Reino Unido. O motivo dos revoltosos logo foi revelado: a mudança do poder. Diante da situação, o exército líbio reagiu com força, brutalidade e violência. Pode-se argumentar que cumpriu seu papel, protegendo o Estado e suas instituições. Os acontecimentos mudaram dramaticamente o quadro das revoltas que se assistia até então: a chamada Primavera Árabe tornou-se um verão sangrento. A violência ocorreria também no Iémen, Bahrein e Síria.¹ Importa salientar que o exército líbio tem uma história e composição diferentes do

¹ No Bahrein, o monarca convidou tropas sauditas para conter os manifestantes que representam uma população maioritariamente Xiita, governada pela pequena elite Sunita.

egípcio.² São distintos os contextos das revoltas, variando de país para país, assim como distintas são as histórias destes países.

2 O CONTEXTO LÍBIO

A Líbia ganhou sua independência em 1951. Foi primeiramente uma monarquia e, em 1969, passou a ser governada por um sistema autointitulado revolucionário, que manteve cerca de 140 tribos numa harmonia vigiada pelo poder central, assentada em lealdades que implicavam dar e receber em escala reciprocamente equitativa. Conformava um processo teorizado por Polanyi (1957): reciprocidade, definida como a troca de apoio em forma de produtos e favores de um ator para outro, que tem lugar de forma igual ou desigual, que ocorre nos âmbitos familiar e comunitário e que não considera nem o mercado, nem as hierarquias administrativas. Uma reciprocidade definida como o movimento de produtos (e favores) de um centro administrativo e do seu domínio exterior, para os consumidores.

Um regime sem espaço legal para a oposição, governado por dois setores de poder. O chamado setor revolucionário, que compreende o Executivo, o líder revolucionário Khadafi, os Comitês Revolucionários e os outros membros do Conselho Revolucionário (*Revolutionary Command Council*) de doze membros, que não eram eleitos e detinham o poder por sua participação na revolução que derrubou a monarquia em 1969. O segundo setor, a Jamahiriya, compreenderia o Legislativo, o Congresso de Base do Povo, em cada um dos quarteirões urbanos, 32 Sha'bya, Congresso do Povo para as regiões e o Congresso Nacional Geral do Povo. Esses corpos legislativos eram representados por correspondentes corpos executivos (Comitês Locais do Povo, Comitês do Povo das Sha'byat, e o Comitê Nacional Geral do Povo), eleitos a cada quatro anos.

O governo Khadafi controlava a imprensa estatal e a semiprivada. Os partidos políticos estavam banidos desde 1972. Organizações não Governamentais (ONGs) foram permitidas

2 Enquanto o exército egípcio tem como tradição a proveniência de classes sociais mais humildes, com os oficiais formados em academias dos EUA e com lealdade ao Estado, o exército líbio foi formado no próprio país, buscando um conjunto de representatividade étnica, com lealdade ao coronel Khadafi.

pelo ato governamental de 1971, desde que funcionassem segundo os objetivos da Revolução, o que fez com que seu número permanecesse muito reduzido em comparação com outros países da região. Não havia sindicatos, mas existiam inúmeras associações profissionais integradas na estrutura do Estado, aparentemente como um terceiro pilar de poder ao lado dos Congressos do Povo e dos Comitês. Essas associações enviavam delegados ao Congresso Nacional onde possuíam um mandato representativo. Entretanto, não detinham o direito de greve. Enfim, um quadro que indicava a ausência de uma sociedade civil organizada.

Contudo, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Líbia possuía o maior Produto Nacional Bruto (PNB) do continente e o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente, comparável aos países do sul da Europa, como, por exemplo, a Itália. O orçamento para a educação era de cerca de 30% e em 1998 chegou a 38,2%. A taxa de alfabetização é de aproximadamente 82%. Com uma população de 6,5 milhões de habitantes, em torno da metade abaixo dos 15 anos, a Líbia criou doze universidades, com 200 mil estudantes no total, e 84 institutos técnicos e vocacionais, com cerca de 70 mil estudantes no total, todos, então, financiados pelo Estado. A situação habitacional era também saudada pelos relatórios do PNUD como exemplar.

No plano econômico, a Líbia possui uma reserva de petróleo de qualidade ímpar, descoberto em 1950, e um aquífero embaixo de quase todo o país. A datação deste aquífero seria aparentemente anterior à última era glacial e ao próprio deserto do Saara.

No plano das relações internacionais, Khadafi foi durante muito tempo excluído do convívio com o mundo ocidental, pois apoiava causas políticas que o Ocidente não considerava justas. A Líbia sofreu sanções da ONU como apoiadora do terrorismo internacional e havia a desconfiança de que estava a enriquecer urânio para desenvolver a bomba atômica.

A partir do fim da década de 1990, depois de longo período de exclusão da esfera internacional, a Líbia volta gradativamente ao convívio com o Ocidente. Essa nova relação teve lugar depois da interrupção do processo de enriquecimento de urânio e da entrega

de indivíduos acusados de executores do atentado de Lockerbie à justiça ocidental. Tratou-se aqui de um processo diplomático que teve o envolvimento do então secretário da ONU, Kofi Annan, e do presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e que terminou com sucesso.

Em 2003, depois que os Estados Unidos invadiram o Iraque, Khadafi abandonou seu programa nuclear e pagou a indenização de 3 bilhões de dólares às famílias das vítimas de dois desastres aéreos imputados à responsabilidade Líbia, dos voos 193, da americana Pan-Am, e 772, da francesa UTA. A partir de 2003, Khadafi tenta mudar o rumo da sua postura anterior e aproximar-se do Ocidente, o que levou os EUA a usarem a expressão “o modelo líbio”, demonstrando ao mundo que, quando existe boa vontade das partes, poder-se-ia atingir resultados positivos pelas vias de negociação, sem o uso da força, para se sair de situações conflituosas. De fato, em 2004, George Bush levantou as sanções econômicas em vigor até então contra a Líbia e as relações oficiais foram reatadas entre os dois países. Foi neste contexto que os EUA retiraram a Líbia da lista de apoiadores do terrorismo internacional. No início de 2011, além de embaixadas e escritórios comerciais em todas as capitais ocidentais, a Líbia possuía um escritório em Washington e os EUA, um em Trípoli.

Em outubro de 2007, a Líbia foi eleita para o Conselho de Segurança da ONU, por dois anos; em fevereiro de 2009, Khadafi foi eleito presidente da União Africana (UA). Em 2009, o Reino Unido e a Líbia assinaram um acordo de troca de prisioneiros e a Líbia solicitou que o condenado por Lockerbie fosse transferido para casa por razões humanitárias (doença terminal), o que veio a acontecer em agosto do mesmo ano. Vozes nos EUA e da oposição no Reino Unido acusaram essa troca como um negócio para facilitar acordos de firmas britânicas privadas com interesses no petróleo líbio.

Em agosto de 2008, a Itália assinou um acordo com Khadafi por meio do qual a Líbia recebeu uma compensação de 5 bilhões de dólares como ressarcimento pelo período colonial. Em troca, a Líbia comprometeu-se a travar a onda de emigração ilegal para a Europa, através do norte da África, principalmente para a região da

Sicília, na Itália. Em 2009, Berlusconi visita a Líbia e Khadafi visita Roma. Ainda em 2009, Khadafi toma parte na cúpula de Áquila, na Itália, como presidente da União Africana. Acordos comerciais são assinados entre a Líbia e o Ocidente, especialmente no setor de petróleo e de infraestrutura, sendo a Itália o principal parceiro. Esse contexto demonstra que aos olhos do Ocidente Khadafi passava de vilão a bom moço, resultado de um processo que teve lugar através de um diálogo diplomático no qual imperou a boa vontade das partes, o chamado “modelo líbio”.

3 PLANO REGIONAL

A Líbia está situada no norte da África, entre a Tunísia e o Egito, países que, como consequência das recentes revoltas populares (dezembro 2010 e agosto 2011), tiveram seus presidentes depostos. Trata-se de países que estão a abraçar mudanças constitucionais para formar governos mais democráticos. Entretanto, são processos novos e sem um desfecho final previsível, onde não se sabe bem como ficará o resultado final do xadrez do poder.

Nesse âmbito, podem-se levantar algumas questões: no Egito, surgirá algo novo no cenário da governança, com contornos mais endógenos, com um papel preponderante da Irmandade Muçulmana? Ou será consolidado o poder de facções militares e/ou civis ligadas ao Ocidente? Um dado significativo que importa salientar neste é a visita dos líderes ocidentais (Reino Unido e EUA) à Tunísia e Egito. Mas o que ainda não se sabe é se esses líderes lá estiveram por simples cortesia diplomática, para perceber melhor o que de fato se passa ou para influenciar o processo.

No contexto geopolítico, a Líbia está situada numa região onde, desde 1948, existe um conflito mais ou menos aceso, que polariza todos os países árabes muçulmanos, de um lado, e o Estado de Israel, de outro. Em 1979, depois da assinatura do Acordo de Camp David e de um intenso trabalho diplomático, os EUA conseguiram levar o presidente Anwar Sadat do Egito a assinar um tratado de paz com Israel, o qual, mesmo contestado interna e regionalmente, foi mantido até a atualidade. O acordo protege o flanco sudoeste de Israel, pelo deserto do Sinai, e neutraliza até certo ponto o Hamas, facção palestina que domina a Faixa de Gaza. Importa

recordar que o presidente Sadat foi assassinado pelos seus pares, aparentemente como reação negativa a este tratado, e foi substituído no cargo pelo seu vice, Hozni Mubarak, recentemente deposto, que sempre o honrou.³

A Tunísia atingiu a independência nos anos 1960 e foi governada pelo presidente Habib Bourguiba, representando o libertador, até que um golpe de Estado levou Zine Ben-Ali ao cargo máximo. Trata-se de um país da esfera política e econômica da França, sua antiga potência colonial, como, aliás, quase todos os países africanos que foram colônia francesa.

Numa região tão volátil politicamente, mas que detém parte considerável das reservas de petróleo do mundo, um recurso vital para a economia mundial, a queda de dois presidentes de governos aparentemente sólidos e estáveis e pró-Occidente alertou e preocupou as grandes potências ocidentais. A revolta contra Ben-Ali e, sobretudo, contra Mubarak criou apreensões pelo fato de o povo não ter se levantado em protestos onde o Occidente via mais instabilidade, como o Irã, mas onde aparentemente existia mais estabilidade. A razão principal da apreensão foi o paraíso turístico como era considerada a Tunísia e o “bastião ocidental” que o Egito representava.

O Egito detém o importante corredor de escoamento de petróleo, o Canal de Suez, mas, acima de tudo, representa (ou representava) um elo marcante na segurança de Israel. Com efeito, do ponto de vista geopolítico, Israel é um fator a considerar na visão ocidental da região. No seu flanco norte, está o Líbano, hoje com um primeiro-ministro ligado ao Hezbollah; no nordeste está a Síria, fora do controle do Occidente e também a enfrentar revoltas; no leste, está a Jordânia, também a enfrentar protestos, e os territórios ocupados por Israel, com uma população palestina considerável. Assim, a saída de um homem forte no Egito com grande influência sobre a região assustou o Occidente. Tornava-se necessário neutralizar outros homens fortes que poderiam tomar o lugar de Mubarak como influência regional; líderes que poderiam até passar a sustentar as

3 Em 1994, no âmbito dos esforços do processo de paz entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, representante da Autoridade Palestina, foi assinado um tratado entre Israel e Jordânia. A Jordânia tornou-se, assim, o segundo país árabe a normalizar relações com Israel.

revoltas, pois possuíam meios econômicos para tal, com propósitos anti-Occidente. Destes dois homens fortes, um era Khadafi e o outro é Armadinnejah.

Contudo, trata-se de dois países com uma massa popular descontente com o poder, com protestos populares latentes, que o mundo viu recentemente, e com grupos políticos dispostos a derubar os governantes. A opção do Ocidente foi de começar pela Líbia. Mas a questão que permanece quanto ao modelo adotado em 2003 é: o que foi feito do “modelo Líbio”? O que falhou?

A Líbia é um país onde Khadafi manteve uma postura independente dos cânones ocidentais, sem dívida externa com e que deteve uma influência relativamente alta na África, onde a voz da oposição não era legalmente aceita, nem mesmo tolerada; onde nunca se respeitou a liberdade de imprensa, o que implicava desrespeito generalizado pelos direitos humanos. Minha percepção é que se tratou de apoiar uma revolta que já começou armada para mudar o regime e para retirar Khadafi do poder, um governante que defendia ideias próprias e era seu próprio patrão. O Ocidente não achou prudente esperar pelo desfecho do Egito. Assim, partiu-se para se ter na Líbia alguém mais confiável do ponto de vista do Ocidente. Assim, se neutralizaria, do ponto de vista regional, a situação do Egito, enquanto este país está em processo de transição, e Israel ficaria menos vulnerável. E eliminaria, ainda, a influência de Khadafi no continente africano.

Muitas questões podem ser levantadas a partir dessa suposição, quando se pensa nas possíveis consequências dessa campanha Líbia. No plano interno, estaria o Ocidente contando com a complexidade da Líbia e com o papel desempenhado por Khadafi de manter em harmonia as 140 tribos nômades, com um misto de reciprocidade e de redistribuição de favores? Na região, pensou-se na existência de uma população jovem, que abraça ideais de modernidade trazidos pelo Ocidente, onde se incluem as redes sociais conectadas à internet, mas que se ressentem do papel desempenhado tradicionalmente pelo Ocidente de sustentar no poder por tantos anos uma elite corrupta? Foi considerada a continuidade do apoio incondicional a Israel, contra as resoluções das Assembleias das Nações Unidas, mantendo-se em condições sub-humanas

uma grande parcela da população palestina que vive há mais de sessenta anos em campos de refugiados? No continente africano, pensou-se na popularidade que goza Khadafi junto a Estados e governos, e mesmo junto a alguns sectores da população?

Na região, uma questão mais geral é: como pensa o Ocidente tratar os outros países que também reagiram com violência às revoltas, governos a favor ou contra suas políticas, o caso da Argélia, Jordânia, Síria, Iêmen e Bahrein?

4 PLANO INTERNACIONAL

Na esfera internacional, o mundo vive uma crise econômico-financeira que se agudizou a partir de 2008; uma crise que pôs a prova o sistema capitalista e questionou a máxima neoliberal do Estado mínimo, exigindo a intervenção estatal em bancos, seguradoras e grandes empresas seguindo o princípio de que “os lucros são individuais e os prejuízos coletivos”. A crise criou o fantasma da recessão e do desemprego no Ocidente; exigiu dos governantes ocidentais um jogo de cintura nunca antes usado; requereu decisões duras que os governantes ocidentais tomaram e justificaram como necessárias. Ajudou-se aos bancos e às empresas seguradoras, mas não se criou uma rede de proteção social para garantir, por exemplo, o futuro do emprego.

Como consequência, o mundo está a assistir falências de conglomerados econômicos aparentemente sólidos, a criação de bolhas imobiliárias e o desemprego com tragédias pessoais e familiares. Questiona-se o Estado Providência na Europa Ocidental e os direitos conquistados pelos trabalhadores durante mais de século estão a cair por terra. Agudiza-se a pobreza no mundo ocidental. Como a economia hoje está globalizada, a crise está também a refletir-se em países de outras partes do mundo.

No plano político-institucional, o Ocidente viu governantes, como Obama (EUA) e Sarkozy (França), eleitos com grande margem de votos, não cumprirem seus programas e serem questionados pelos seus pares e pelos seus eleitores. A baixa popularidade de ambos os impele a buscar “distrair” a opinião pública doméstica ao levantar a bandeira de um inimigo fora de casa. A situação de protestos populares contra a chamada política de austeridade do

governo do Reino Unido também é grande, com revoltas populares nas ruas das principais cidades.

Os teóricos da Escola Militarista Germânica do Pensamento Social do século XIX, e seus seguidores, argumentavam que se não há uma ameaça externa [real ou imaginária] que mantenha a distinção aliado/inimigo, essa polarização tende a replicar na esfera doméstica onde a política partidária se torna profundamente antagonica (MALESEVIC, 2006, p. 20).⁴

O Ocidente sustenta hoje duas guerras, no Afeganistão e no Iraque. Entretanto, uma vez que a percepção de inimigo em relação aos Talibãs e ao Iraque está a ser diluída, principalmente depois da morte de Bin Laden, já não mais constitui um elemento para influenciar a tendência de voto eleitoral. Como o lado mais conservador da sociedade está a ganhar terreno, despertar velhos inimigos ou criar novos podem ser táticas interessantes para ganhar votos: ganha-se popularidade junto às massas mais conservadoras e impulsiona-se a indústria armamentista.

5 REFLEXO DA RESOLUÇÃO 1.973

Esses pressupostos expõem a realidade Líbia observada nos planos interno, regional e internacional. Fica claro que o argumento puramente humanitário foi pouco convincente. Trata-se, contudo, de argumento que não pode ser totalmente descartado considerando-se a repressão do Estado. Entretanto, ao revisitar as consequências, com um número incontável de mortes, cenários de horror e destruição das infraestruturas, que transformaram o país de doador a receptor (a necessitar de reparação nas condutas de água, de electricidade, e de saneamento básico); ao revisitar a história do comportamento ocidental em relação a povos não ocidentais (escravatura, colonialismo, guerra colonial), o argumento é fraco para tão alto gasto político.

Os pressupostos no plano interno podem ajudar a explicar por que a Líbia foi escolhida como alvo militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e por que a campanha

⁴ Autores como Treitschke, H. von, *Selections from Treitschke's lectures on Politics*. Gowans & Gray: London, 1914, e Hintze, O., *The Historical Essays of Otto Hintze*. Oxford University Press: New York, 1975.

adquiriu forma tão intensa. A Líbia acumulou vários fatores para se consolidar como inimigo no plano internacional: um governante pouco disposto a cumprir os desígnios do Ocidente, autossuficiente financeiramente, com influência no continente africano e no Oriente Médio,⁵ intolerante em relação à oposição interna e à liberdade de imprensa, com mais de quarenta anos no poder e uma ficha pouco abonatória em relação ao respeito pelos direitos humanos.⁶ Estes requisitos ofereceram argumentos para a união dos Estados ocidentais.

No plano regional, o Egito segue em desalinho e, como consequência, Israel, bastião ocidental, passou a ter flancos abertos. Uma região onde massas populares estão a demonstrar-se nas ruas contra governantes clientes do Ocidente, que abrigam inclusive bases militares norte-americanas, como o Bahrein.

Para alguns atores internacionais, como os EUA e a França, a crise econômica está a agudizar a vida social, política e econômica, e a questionar suas lideranças. Com uma ação armada, Obama (EUA) e Sarkozy (França) poderiam tomar o governo da Líbia, suas riquezas e poupanças (principalmente a grande reserva em ouro), colmatando aspectos da crise econômico-financeira através da redução do preço do petróleo. E poderiam, como “efeito colateral”, mostrar aos seus pares e opositores, que são capazes de tomar decisões duras e implacáveis com vitória “fácil e espectacular”, no estilo Rambo. Ademais, testariam a eficiência dos seus armamentos no terreno.⁷ Assim teve lugar a campanha Líbia, com alto custo para o país em geral e para a população civil em particular, agora com uma dívida que terá de ser paga de alguma maneira.

5 Influência criada e consolidada pelo apoio dado aos governos africanos, com disponibilidade de bolsas de estudos para a formação de jovens qualificados, especialmente nas áreas técnicas. Daí se explica a presença de muitos jovens africanos na Líbia. Ainda, pelos grandes investimentos em quase todos os países do continente. Em Moçambique, existe um grande investimento em plantação de arroz na zona Sul, com o objectivo de criar autossuficiência, ou soberania, alimentar no país.

6 Principalmente no plano da liberdade de expressão, uma vez que as necessidades básicas da população (saúde, alimentação, educação, emprego e texto) eram providas pelo Estado.

7 Os aviões franceses a demonstrar menos eficiência nos bombardeios que os americanos, que iniciaram e finalizaram a campanha.

No plano das relações internacionais, houve uma cautela inicial de alguns atores estatais quanto à Resolução 1.973, mas venceu o pragmatismo. Ainda que com cinco abstenções essa Resolução da ONU recebeu apoio dos quinze membros do Conselho de Segurança. Aprovou-se um documento com um teor tão vago e ambíguo que permitiu ir-se muito mais além nas ações de “proteção de civis”. Ao invés de uma exclusão aérea para impedir a violência contra a população civil, embarcou-se em uma clara campanha para a mudança de regime. Houve protestos de parte da Liga Árabe, da China e da Rússia, quando se viu o resultado final. Entretanto, está clara na Resolução a permissão para o uso de “todos os meios possíveis” na zona de exclusão aérea. A explicação para o não veto da Resolução por parte de quem poderia fazê-lo é a da adoção pragmática: se a campanha militar desse certo, não se estava de fora, mas podiam-se criticar os excessos; se desse errado, se podia tomar distância e retirar alguns dividendos políticos e econômicos do insucesso. Assim, no Conselho de Segurança, seja por convicção ou pragmatismo, aprovou-se a Resolução 1.973 com o suporte da China, Rússia, África do Sul, Gabão e Nigéria.⁸

6 AS CONSEQUÊNCIAS

Iniciar uma guerra é sempre um risco: enquanto vitórias de guerra ampliam o prestígio dos governantes e aumentam o poder e a legitimidade do Estado vencedor, as derrotas fazem o oposto (COLINS, 1986; 1999). Mesmo que uma guerra signifique lucros para certos grupos empresariais, se o custo financeiro for muito alto, a campanha da Líbia pode vir a ser considerada uma derrota. O que o futuro reserva como consequência dessa campanha?

Na esfera econômica, há ganhos claros do Ocidente no controle do petróleo líbio e no acesso às reservas de ouro do Banco da Líbia. Entretanto, no plano político, as consequências ainda são imprevisíveis. Somente uma coisa se pode afirmar com certeza:

8 É de notar que essa não foi a posição adotada pela União Africana, que tinha como opção a negociação com uma equipe pronta para ir à Líbia mas que não chegou a embarcar. Tudo indica que tanto a África do Sul como a Nigéria acharam ser essa uma oportunidade para mostrarem-se como países “confiáveis” aos olhos dos membros permanentes do Conselho de Segurança, uma vez que pleiteiam um lugar permanente, como representante da África nesse Conselho, o que aconteceria supostamente como resultado de uma reforma da ONU.

depois dessa campanha para derrubar Khadafí, muito pouco ou quase nada será como antes na Líbia e na região, no continente africano e talvez no mundo. Esse é um caso no qual será difícil se mudar tudo para tudo continuar como estava.⁹ Assim, prevejo grandes mudanças nos países árabes, em todo o continente africano e no Oriente Médio, inclusive em Israel. No Oriente Médio surgiu a “síndrome do desamparo” nos governantes-clientes do Ocidente, que viram como Mubarak ficou sem defesa. O Ocidente não é um amigo para todas as horas. Como na máxima realista, prevalecem os interesses, não as amizades. Um recado claro para todos os governantes que estão no poder, de forma democrática ou não.

No continente africano, a ideia de Khadafí, resgatada de Nkruma, de criar os Estados Unidos da África, pode voltar a tomar corpo; seja por uma causa nobre, como um projeto de desenvolvimento, seja como proteção de governantes pouco democráticos.¹⁰ Finalmente, no Oriente Médio e no continente africano, o Islão mais radical pode ganhar mais terreno.

Outra consequência está ligada à complexidade da Líbia: a necessidade/dificuldade de um governante manter a harmonia em um país multiétnico com baixo sentido de unidade nacional. A tentativa de Khadafí foi de manter a harmonia com base em um equilíbrio de reciprocidade redistributiva de favores/cargos, etc., para chefias e membros proeminentes de 140 tribos nômades. Como será mantida essa harmonia?

No Oriente Médio afloram muitas questões: para ser coerente, como pensa o Ocidente tratar os outros países que também reagiram com violência às revoltas, governos a favor ou contra suas políticas? Que postura adotará em face dos protestos que se alastram? E, como se levantou a bandeira dos direitos humanos, como ficará a relação do Ocidente com a Arábia Saudita?

9 Referência à afirmação do Marquês de Lampedusa no romance *O Leopardo* quando afirma ser preciso mudar tudo na estrutura política da Itália para que tudo continue na mesma.

10 Nkruma foi o primeiro presidente de Gana, o primeiro país da África Subsaariana a ficar independente.

7 CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Muitos cenários podem-se visualizar para o futuro da Líbia, todos com um grau de incerteza e de pouca estabilidade, que podem se refletir sobremaneira na região Norte da África e do Oriente Médio e no continente africano, principalmente porque não se sabe bem que grupos compõem os revoltosos que tomaram o poder e como vai ser estruturada a liderança entre os diferentes interesses, incluindo os dos países ocidentais, no novo governo líbio.

Num primeiro cenário, o lugar de Khadafi passaria a ser ocupado por governantes alinhados com o Ocidente. O país toma um ritmo democrático ao modelo ocidental, com eleições diretas e regulares. O Ocidente retoma o controle da economia com as companhias petrolíferas reassumindo a posição que tinham na época da monarquia.

Neste cenário mais otimista quanto aos desígnios ocidentais, no plano interno de cada país haverá mudanças, com novos tipos de governos e novos governantes e nas políticas relativas à construção do desenvolvimento, onde o caso da Líbia com suas estruturas semidestruídas talvez venha a ser o mais emblemático. No Oriente Médio, haverá mudanças quanto ao posicionamento interestados e na relação mais positiva com Israel.

Mas o Ocidente pode ter calculado mal a postura dos revoltosos e surpreender-se com algum não alinhamento de novos governantes, ao contrário do Egito na era Mubarak. Sai Khadafi, porém a democracia ou não é implementada como gostaria o Ocidente ou é implantada, mas o novo líder eleito não se mostra tão maleável política e economicamente como o Ocidente esperava ou gostaria.

Num cenário mais conturbado, pode-se assistir na região o surgimento de alguma instabilidade. No Egito, caso haja uma hostilidade declarada e explícita do novo governo em relação a Israel, pode haver o não reconhecimento do Tratado de Paz de Camp David. Um Egito somente semialinhado, ou não alinhado, com o Ocidente ofereceria um cenário conturbado pela importância que o país tem no Oriente Médio.

Com a derrota de Khadafi, tudo indica que falta uma mão forte de comando central: homens armados, diferentes lealdades, grupos que se fragmentam em bases étnico-tribais e religiosas,

alguns a lutar por pronto pagamento ou por um ganho prometido. Frações descoordenadas e armadas podem levar a uma guerra civil prolongada, com riscos de expandir-se para outros países. Uma realidade em relação a revoltas e guerras é que todos sabem como começam, mas poucos são capazes de prever como termina: “Uma vez libertada a violência coletiva [ela] torna-se sua própria mestra operando sob suas próprias regras e criando novas realidades sociais” (MALESEVIC, 2006, p. 43).

Com a campanha da Líbia o Ocidente enviou um sinal aos governantes em África e mesmo para fora do continente: quem tem telhado de vidro deve preocupar-se com a qualidade das suas telhas, principalmente os que possuem recursos caros ao Ocidente, como o petróleo. Fica clara também a máxima do realismo. Os Estados não possuem amigos, mas sim interesses. Depois de ser considerado vilão durante muito tempo, Khadafi tentou mudar e tornou-se um “moço bom”; quando os interesses do Ocidente falaram mais alto, ele voltou a ser vilão.

No continente africano foi notório o papel do coronel Khadafi, a tentar direcionar a África para um lugar mais seu, um continente mais forte e fora da influência das ex-potências coloniais. A ideia da criação dos Estados Unidos da África – a tentar resgatar o velho sonho do Kwame Nkruma de que “A África deve unir-se” – tinha um pouco desse objetivo, que Khadafi defendeu quando presidiu a União Africana. Um processo que ele obviamente tencionava liderar, pois sabia poder financiar um “crescimento econômico africano” com seus recursos originados do petróleo. A Líbia de Khadafi era o maior financiador da União Africana.

A Líbia investiu em muitos países africanos, como também em países ocidentais. E a cooperação com os países em África teve lugar em bases que não se assemelham às da cooperação que o Ocidente tem com os países africanos.¹¹ A ajuda que o continente africano recebe da Líbia, assim como a da China, servia de

¹¹ A diferença prende-se aos condicionalismos do Ocidente, que usa o princípio da cenoura e do porrete na política de cooperação. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional advogam por um modelo de desenvolvimento econômico segundo o respeito aos direitos humanos que nem sempre se ajustam à visão dos governantes locais. Aspectos desses condicionalismos são considerados positivos por setores da sociedade, como o respeito aos direitos humanos; outros são considerados claramente negativos, como as políticas monetárias.

contrabalanço para a ajuda do Ocidente, o que foi sempre visto com reticências pelo Ocidente.

Em um cenário no qual a Líbia se mantenha estável, seus novos governantes podem garantir as mesmas bases de apoio e o mesmo sistema de cooperação. Ou seja, nada mudaria e o peso da Líbia continuaria a ser contrabalançado com o peso de alguns países do Ocidente, oferecendo aos receptores alguma margem de manobra.

Considerando o peso que a ajuda internacional ainda tem em muitos países africanos; que o grande doador ainda é o Ocidente; que os doadores clássicos se ressentem da presença de doadores fora desse “clube”, como a Líbia e a China, a influência dos países que lideraram a campanha da OTAN na Líbia – França, Reino Unido e Estados Unidos da América – pode influenciar na política externa da Líbia em relação à África, tanto quanto já influiu na sua política interna. O financiamento da Líbia à União Africana ou é retirado, ou assume contornos segundo a agenda de cooperação do Ocidente.

8 CONCLUSÃO

Estas são breves reflexões que apresento sobre o passado, presente e futuro da Líbia, usando como pano de fundo a Primavera Árabe, que tentou florescer e chegou a dar flores na Tunísia e no Egito, mas que no resto do norte da África e no Oriente Médio perdeu seu frescor e se tornou sangrenta (Líbia, Síria, Bahrein, Iêmen). Revoltas que na Líbia demonstraram feições de guerra civil. Para tal reflexão, trabalhei com pressupostos internos, regionais e internacionais para analisar o problema.

A partir desses pressupostos fiz uma leitura da racionalidade que pode ter justificado a campanha armada da OTAN na Líbia, refletindo também sobre as consequências que essa campanha pode ter na Líbia, na região, e no resto do mundo onde, por a realidade apresentar-se muito complexa, torna-se difícil visualizar um futuro de estabilidade.

Finalmente, alguns cenários foram apresentados como perspectivas de futuro: no plano interno da Líbia e na região do Oriente Médio e do continente africano, assim como cenários no plano da

cooperação internacional da Líbia com os países africanos. Trata-se de desenhos com base nos quais se pode refletir e debater sobre como fica, a partir de agora, a Líbia, a região do Oriente Médio, do continente africano e o mundo das relações internacionais, principalmente no âmbito da cooperação, com interesse para o continente africano.

REFERÊNCIAS

COLLINS, R. **Macro history**: essays in sociology of the long run. Stanford: Stanford University Press, 1999.

_____. **Weberian sociological theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MALESEVIC, S. Violência, poder e Estado-nação: uma avaliação sociológica. **Tensões Mundiais**, Revista do Observatório das Nacionalidades, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 12-47, dez. 2006.

POLANYI, K. **The great transformation** – the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 1957.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2012. Disponível em: <www.undp.org>. Acesso em: 20 maio 2012.